

As Três Dimensões da Supervisão

Daniela Ropa

Os efeitos da primeira supervisão histórica sobre "o caso Hans" e os efeitos da experiência de supervisão nas dimensões analítica, de mestria e didática.

Não podemos dizer que a primeira supervisão na história da psicanálise tenha sido uma experiência muito bem-sucedida. Refiro-me ao caso do Pequeno Hans, analisado por seu pai, Max Graf, um dos primeiros discípulos da psicanálise, e supervisionado por ninguém menos que o próprio "Herr Professor" Freud.

Com o qualificativo "não muito bem-sucedida", não estaria de modo algum advogando a necessidade, ou até mesmo a possibilidade de estabelecer um "tranchant" nítido para avaliar o que seja pleno sucesso de uma análise ou ainda de uma supervisão. Pretendo apenas sublinhar determinadas questões apontadas por certos autores, entre os quais Lacan¹, que revelam o quanto esta análise

parece ter ficado a meio caminho. A partir disto, procurarei interrogar alguns dos efeitos desta primeira supervisão histórica sobre o caso, assim como efeitos da experiência de supervisão em geral.

O Pequeno Hans, que inicia o seu quadro com uma fobia, parece no final de seu percurso analítico (apesar de todos os remanejamentos significantes obtidos ao longo do processo) não ter conseguido uma resolução estrutural mais profunda de suas questões, permanecendo ainda preso à posição de complemento fálico materno da qual se vira investido.

Os autores acima citados atribuem tanto a eclosão da fobia quanto a não resolução analítica

(1) LACAN, J. — "La Relation D'Objet et les Structures Freudiennes" — Transcrição dos seminários de Lacan em Sainte-Anne feita por J.B. Pontalis, xerox.

dos conflitos identificatórios de Hans à falha da função paterna. A própria fobia constituiria uma tentativa de suplência desta função — o objeto fóbico, no caso o cavalo, vindo preencher a falta de um pai suficientemente forte e temido, capaz de assegurar a interdição do incesto para libertar o menino da relação dual imaginária materna na qual se encontrava aprisionado. Vemos Hans, ao longo de seu percurso analítico, ajudado por seu pai e por Freud, operar uma série de permutações importantes em torno do complexo de castração que lhe permitiram até certo ponto reorganizar a sua história edípica e assim abrir mão de sua fobia. No entanto, como observa o próprio Freud², esta reestruturação poderia ter-se dado de um modo mais completo. Vemos este pai analista enredado por suas próprias dificuldades e, apesar dos esforços de Freud, adotar uma série de posturas e intervenções que terminaram por bloquear o processo. Como exemplo, podemos citar o trecho em que Freud tenta resgatar a imagem de um pai mítico, temível e poderoso, figura desejada e necessitada por Hans, e o pai, temeroso deste lugar, insistindo em reafirmar a sua própria inocuidade³. Ou, ainda, quando Max Graf, contrariando os conselhos de Freud, recusa-se a revelar a realidade da diferença sexual para o seu filho, omitindo também o papel de um pai na procriação. Todas estas atitudes impediram Hans de poder situá-lo num lugar de pai simbólico, figura essencial para efetuar plenamente a passagem de uma dialética imaginária para uma ordem simbólica.

No entanto, parece-me que além da questão da carência da

função paterna perfila-se outra (com certeza estreitamente ligada à primeira), mas que diz diretamente respeito à relação deste analista pai com seu supervisor, mestre Freud. Revendo o caso, comecei a me perguntar se não teria sido justamente esta relação uma das causas da dificuldade de assunção da função paterna e da função analítica por Max Graf. Por outro lado, numa direção oposta, não resta dúvida de que a presença de Freud, intervindo enquanto terceiro, foi determinante para o progresso

A presença de Freud, intervindo enquanto terceiro, foi determinante para o progresso da análise.

da análise. No entanto, esta mesma presença, pelo tipo de investimento e de demanda confusa que lhe foi endereçada, parece ter, em determinados momentos, contribuído para obstaculizar o andamento do processo que ela justamente visava auxiliar.

Estes paradoxos e contradições entre o bem-sucedido e o mal resolvido suscitaram em mim o desejo de abordar o tema da relação analista-supervisor utilizando como paradigma ilustrativo⁴ os efeitos e impasses

desta primeira supervisão histórica e, a partir deste ponto de apoio, aprofundar a discussão sobre a supervisão em geral. As principais questões que permeiam a relação entre supervisor e supervisionando parecem estar aqui configuradas. Para citar algumas: a questão da demanda de supervisão e a sua possível confusão com a demanda de análise, o supervisor enquanto mestre ou modelo identificatório e o conseqüente risco de destituição do analista, o lugar problemático do paciente nesta relação e, ainda, as incidências sobre o processo do supervisor situado em lugar de terceiro.

Pretendo, em seguida, abordar cada uma destas questões situando-as em relação ao que denominei de “as três dimensões da supervisão”.

Mas, antes, algumas palavras sobre a escolha do caso do Pequeno Hans para embasar minhas reflexões. Sei bem que este caso apresenta peculiaridades que, à primeira vista, tenderiam a torná-lo impróprio como objeto de uma discussão sobre supervisão. O fato de o analista ser ao mesmo tempo pai e a presença do supervisor não ser ignorada pelo paciente são situações que configuram uma duplicidade de papéis ou funções (analista/pai — supervisor presentificado/desconhecido) que normalmente não observamos numa supervisão.

No entanto, penso que esta mesma duplicidade, atuando à maneira de um prisma, permite revelar de modo quase caricatu-

(2) — FREUD, S — OBRAS COMPLETAS. Ed. Standard Brasileira — Vol X Análise de uma fobia em um menino de cinco anos (1909) — pág. 107

(3) — *ibid.*, pág. 52

(4) É importante frisar que se trata apenas de um uso ilustrativo, pois estou bem ciente dos limites deste tipo de análise histórica.

ral a multiplicidade de facetas presentes numa supervisão que geralmente tendem a permanecer ocultas sob uma ilusória delimitação de papéis.

Foi justamente esta difração de funções observada no caso do Pequeno Hans que me levou a pensar na supervisão como uma experiência cuja estrutura seria constituída por três dimensões complementares — a analítica, a de mestria e a didática —, não podendo, e não devendo, ser reduzida a nenhuma delas isoladamente. Cada uma destas dimensões desdobra efeitos, que, conforme sua incidência e utilização, poderão ora facilitar, ora bloquear o andamento do processo — seja analítico com o paciente, seja o de formação do analista. O êxito de uma supervisão depende, a meu ver, da capacidade que terão os protagonistas em jogo de circular por entre estas três dimensões sem se deixarem aprisionar por suas miragens narcísicas.

Procurarei, em seguida, abordar cada uma destas dimensões separadamente (tarefa difícil, pois estão estreitamente interligadas), analisando os seus possíveis aportes e impasses.

A Dimensão Analítica (ou o jogo dos dois triângulos: analista — analista — supervisor e analista — paciente — supervisor).

Como bem lembra Maud Mannoni, “formar um analista é antes de mais nada sensibilizá-lo ao que participa do inconsciente no processo analítico”⁵. A análise do analista é, sem dúvida, o eixo privilegiado e “sine qua non” desta formação, devendo permitir, segundo Freud, que “o analista seja capaz de se servir do seu próprio inconsciente como de um instrumento”⁶. **Mas a supervisão é também um espaço propício para desper-**

tar efeitos analíticos de abertura ao inconsciente. Neste espaço de uma terceira escuta onde, através de um relato clínico, o analista terá a ocasião de se *ouvir escutando* o seu paciente, dificilmente ele deixará de ser confrontado a seus próprios movimentos defensivos, pontos cegos e resistências. O termo contratransferência, geralmente usado para designar estes efeitos, me parece impróprio, pois remete à falsa noção de que seriam meros reflexos da transferência/resistência do paciente, de-

A supervisão é também um espaço propício para despertar efeitos analíticos de abertura ao inconsciente.

simplicando o analista do processo. Lacan, invertendo os termos da equação, ressaltou justamente que a contratransferência seria antes de mais nada efeito da resistência do analista e não do paciente.⁷

Todavia, seja resistência, seja contratransferência, é sobretudo preciso clareza para perceber que, se a supervisão é um espaço privilegiado para suscitar e evidenciar estes efeitos, ela não é de modo algum o lugar onde estas questões poderão ser aprofundadas. O trabalho de

sensibilização ao processo analítico propiciado pela supervisão é, sem dúvida, bem diferente daquele de uma análise.

O possível risco de confusão entre estes espaços e funções levou certos analistas (como C.Stein⁸ a se oporem radicalmente à experiência da supervisão, acreditando que esta só poderia se dar dentro do contexto de uma análise.

Aliás, como relata M. Mannoni em “Da Paixão do Ser à Loucura do Saber”, historicamente houve uma divisão entre duas correntes quanto ao lugar e forma da supervisão. A posição húngara (representada por Vilma Kovacs e outros discípulos de Ferenczi) sustentava que a supervisão (ou controle, como era chamada), devia ser integrada à análise didática, visando sobretudo à análise da “contratransferência” do candidato com o seu paciente. Foi só em 1920, com a criação do Instituto de Berlim, que se instaurou um sistema de formação tripartida: análise didática, supervisão e ensino; o enfoque da supervisão sendo então deslocado para o ato analítico com o paciente, ao invés de se dar sobre o questionamento da posição analítica do candidato.

Os defensores da primeira corrente (na qual se incluem muitos analistas da atualidade) argumentam que a existência de uma supervisão separada pode conduzir a vários desvios: um deles seria esta confusão entre espaço analítico e espaço da

(5) — MANNONI, M. — *Da Paixão do Ser à Loucura de Saber*. Ed. Zahar, RJ, 1988

(6) — FREUD, S. — “Recomendações aos Médicos que exercem a psicanálise”. (1912). ST. Ed. Vol. XII.

(7) — LACAN, J. — “A Direção da Cura” in *ÉCRITS*. Ed. Seuil-Paris-1966.

(8) — STEIN, C. — *O Psicanalista e seu Ofício* — Ed. Escuta, SP, 1988

supervisão, permitindo que várias das questões transferenciais do analista sejam defletidas e escamoteadas, ao serem evacuadas para o espaço da supervisão⁹. Nestes casos, a demanda de supervisão pode funcionar como um alibi para uma demanda terapêutica camuflada, favorecendo a resistência inconsciente do analista que prefere ver discutidas as suas questões neste outro espaço que não o de sua análise, através da figura interposta do paciente.

De fato, no caso do Pequeno Hans, este "desvio" é bastante evidente. No interstício do relato clínico, percebemos como o pai de Hans estava, com seu filho, ligado a Freud num plano imaginário, cada qual rivalizando no que podia trazer ao "Professor". A sexualidade de Hans era, na realidade, um ponto central para o qual convergiam os fantasmas e desejos dos adultos: o desejo do pai por Freud e o desejo de Freud pelo interesse que o "caso" representava para as suas pesquisas teóricas¹⁰. Não é com a sua sexualidade que o pai entretém Freud, mas com a do filho (isto é, com a sua, mas vivida através do sexo do menino). Por trás da discussão "supervisionada" do caso, podemos perceber este pai situado numa "posição homossexual regressiva"¹¹, demandando a Freud que lhe ensine "o que é um pai?", esperando deste "mestre" ou "pai-superior" a saída para os seus próprios impasses na assunção desta função.

De um modo geral (mesmo que não seja com a intensidade encontrada no caso Hans), é difícil contestar o fato de que o espaço da supervisão é frequentemente atravessado por alguma forma de demanda analítica. Sabemos que os casos escolhi-

dos para supervisão nunca o são fortuitamente e a fantasia acalentada por muitos supervisionandos de secretamente levarem o seu próprio caso para discussão é também reveladora dos possíveis efeitos de clivagem transferencial induzidos pela situação de supervisão.

Mas, a partir disso, será que devemos declarar que o espaço da supervisão é inoperante e antianalítico (constituindo, segundo certos autores¹², somente um espaço de resistência à análise)? Ou, ainda, será que devemos reduzir toda

O espaço da supervisão é frequentemente atravessado por alguma forma de demanda analítica. Sabemos que os casos escolhidos para supervisão nunca o são fortuitamente

demanda de supervisão a uma demanda camuflada de análise, acreditando que a sua restrição a um único espaço seria resolutive para as questões transferenciais e "contra-transferenciais" evidenciadas na análise de um analista?

Penso que não. A experiência de um espaço próprio e separado para a supervisão me parece fundamental no processo de formação de um analista, apresentando, a meu ver, efeitos bem menos deformantes do que aqueles observados na junção

análise-supervisão. Senão vejamos: um dos grandes inconvenientes da supervisão incorporada à análise consiste no risco de levar o futuro analista a se tornar por demais dependente de um único mestre, de um único modelo, dificultando que ele possa, posteriormente, encontrar um estilo próprio de trabalho. Neste sentido, a experiência da supervisão propriamente dita, por permitir um confronto com diferentes analistas¹³, portadores de diversos estilos e posicionamentos teórico-clínicos, é benéfica, auxiliando o futuro analista a melhor se situar quanto à sua própria identidade de analista.

Outro impasse inerente à junção análise-supervisão (ainda mais grave pelas suas incidências diretas sobre o processo analítico) decorre do fato de que esta acoplagem pode vir a obturar dois questionamentos absolutamente cruciais na análise de um futuro analista: 1) o questionamento sobre o "sujeito-suposto-saber" (necessário à negociação de um fim de análise) e 2) o questionamento sobre o próprio desejo de ser analista. Pois não é incomum que a identificação "profissional" do analista (ainda mais se esta for subscrita ou sancionada por uma instituição) venha a escamotear a interrogação sobre o desejo de ser analista, assim como a possibilidade do autorizar-se (ou não) a partir disso.

(9) STEIN, C. — "O Setor Reservado da Transferência" in *O Psicanalista e seu Ofício*, op. cit.

(10) — É sabido que Freud havia pedido a seus colaboradores informações sobre a sexualidade infantil.

(11) — MANNONI, M. — *A Criança, sua "Doença" e os outros* — Ed. Zahar — 1980.

(12) — Vide C. Stein,

(13) Creio que seja importante que a pessoa passe por várias experiências de supervisão.

A existência de uma supervisão separada não só evita estes impasses como contribui para resolvê-los, caso tenham sido produzidos pela análise. A experiência da supervisão, pelas múltiplas transferências que pressupõe, ajuda a desfazer idealizações e possíveis seqüelas transferenciais. Ao favorecer o questionamento do “sujeito suposto saber” na análise, permite importantes remanejamentos identificatórios que facilitam a passagem do divã à poltrona. Sabemos que a assunção do lugar analítico raramente se dá sem conflitos ou culpabilidade e o supervisor muitas vezes é solicitado para negociar a angústia inerente a esta “transgressão”.

Podemos então dizer que neste caso também o supervisor funcionaria enquanto *terceiro* (e não somente na relação do analista com o seu paciente, como veremos adiante), permitindo que o futuro analista se apóie na experiência da supervisão para empreender o complexo processo de desidentificação ao seu analista e a elaboração do término de sua análise, em busca de um estilo, de uma técnica e uma interpretação da teoria que lhe sejam verdadeiramente próprias.

No entanto, para que a supervisão possa desdobrar todos estes efeitos analíticos sem os riscos de clivagem transferencial acima mencionados, é preciso que o supervisor se atenha à sua função evitando entrar numa relação perversa de pseudo-análise com o supervisando, ou numa relação narcísica de competição com o analista deste. A abstenção em interpretar aliada a uma atitude informal de coleguismo, assim como a mediatização propiciada pelo relato do caso clínico, tendem a

reduzir a magnitude da mobilização transferencial e a sua possível atuação através de uma demanda camuflada de análise. Outros fatores que também contribuem para diminuir este risco de clivagem transferencial seriam que o supervisando esteja efetivamente em análise ou que já tenha finalizado o seu percurso analítico e, ainda, que o momento de início de uma supervisão não coincida com aquele de uma análise.

Vejam agora os efeitos analíticos da supervisão no segundo triângulo, o da relação

O supervisor assegura um espaço de mediatização necessária para que o analista elabore suas questões frente ao caso.

do analista com o seu paciente.

Penso que uma demanda de supervisão (formulada *fora* de qualquer exigência institucional) surge quando o analista, por algum motivo (geralmente por suas próprias dificuldades contratransferenciais), não consegue mais sustentar o lugar do “sujeito suposto saber” na direção da cura de um determinado paciente. Como sabemos, a função do “sujeito suposto saber” é essencialmente tributária da função simbólica, do terceiro ausente — o termo

suposição sendo o mais importante na formulação, pois sua virtualidade reenvia diretamente a esta falta necessária para relançar o questionamento analítico. Ou seja, observamos que é no momento em que o analista se encontra aprisionado numa relação dual imaginária com o seu paciente, tendo perdido a referência ao terceiro simbólico, que ele vai formular uma demanda a este outro terceiro (personificado), que é o supervisor.

Ao aceitar personificar *temporariamente* este terceiro, o supervisor assegura um espaço de mediatização necessária para que o analista elabore suas questões frente ao caso. A supervisão, a bem dizer, funcionaria então como uma ponte, permitindo que, a partir do apoio neste terceiro *presente*, o analista reestabeleça seu vínculo com o terceiro *simbólico*, para retomar o seu lugar de “sujeito suposto saber” na análise do paciente.

Os efeitos da intervenção do supervisor enquanto terceiro simbólico podem ser ilustrados de modo quase caricatural pela visita (supervisão) conjunta que Hans e o pai fazem ao Professor. Nesta visita, Freud intervém à maneira de um oráculo, inserindo Hans (e simultaneamente o pai) dentro de um mito edípico: “Muito antes de você nascer, eu já sabia que ia chegar um pequeno Hans que iria gostar tanto de sua mãe que por causa disto não deixaria de sentir medo de seu pai; e também contei isto a seu pai”.

Hans impressionado (“O Professor conversa com Deus?”), logo situa Freud num lugar de pai simbólico, possibilitador da passagem de uma dialética imaginária a uma ordem sim-

bólica. Passagem que se manifesta pela retomada do processo analítico (até então estagnado, e pela primeira melhora real notada pelo pai.¹⁴

A Dimensão de Mestreia (ou do mestre-saber ao mestre Zen)

Freud insistia com os seus discípulos que a psicanálise devia ser colocada em questão a cada caso e que para tal era indispensável conservar o estado de graça de um não-saber. Só assim, passando pela ignorância do que sabe, é que o analista poderia estar aberto para captar a radicalidade subversiva dos processos inconscientes.

Dentro desta perspectiva, o lugar do supervisor enquanto mestre só tem sentido se for o de um mestre, que, tal como o mestre-Zen¹⁵, forme o seu “discípulo”, antes de mais nada, num não-saber (o que não quer dizer uma negação do saber, como veremos adiante ao discutirmos a dimensão didática).

De fato, não existe mestre que possa ensinar o que é, ou como ser um psicanalista, pois jamais o mesmo material interpelará dois analistas da mesma maneira (variando segundo a história pessoal e a análise de cada um). Cada análise é um processo singular, único e irrepetível e transcorrerá de modo inteiramente diferente conforme cada analista e cada paciente.

O analista, esteja ele em formação, em análise ou em supervisão, está, de fato, irremediavelmente sozinho com o seu paciente e “único mestre a bordo depois de Deus”, será o único responsável por seu ato — responsabilidade que, como afirma Lacan¹⁶, tende a lhe causar um certo horror. A psicanálise, a bem dizer, se pratica sem rede embaixo (ou dito nos

termos de Lacan, não há Outro do Outro).

A solidão do ato, as incertezas em face da incessante movência do inconsciente, o fugidio mal-entendido das palavras, submetem a duras provas o narcisismo do analista em sua difícil função. Em face disso, não é raro que ele tenda a buscar certezas ou garantias, seja num saber teórico, seja em outrem, para mascarar a sua própria angústia. Mas, com este movimento, fecha o processo de abertura e movência do inconsciente, ou seja, o próprio pro-

Não existe mestre
que possa ensinar o
que é, ou como ser um
psicanalista, pois jamais
o mesmo material
interpelará dois
analistas da mesma
maneira

cesso analítico, pois, como já vimos, é só no espaço da falta no analista que o paciente pode caminhar.

Uma das principais funções do supervisor seria então, a meu ver, a de ajudar o analista a suportar a angústia do não-saber e a sustentar a espera necessária para que haja revelação-elaboração dos processos inconscientes, sem inserir nesta brecha essencial, um saber defensivo (seja da ordem de um saber teórico, ou de um saber prévio sobre o desejo do paciente).

Através de sua dupla escuta, das associações do paciente e das do analista, o supervisor deve poder indicar os momentos onde se deu um fechamento ao processo inconsciente, ou seja, quando um saber foi colocado como barreira. Mas o que ocorre se o supervisor se posicionar enquanto mestre, mestre de um saber? Ou seja, se ele for solicitado e se dispuser a tamponar a angústia do não-saber do analista, oferecendo a sua própria teoria sob a forma de uma versão acabada dos fatos, ou ainda a si mesmo, enquanto modelo identificatório para o analista? Neste caso, em que o supervisor se sente imbuído do dever de explicar ao seu colega tudo o que se passa na análise do paciente ou, então, quando ele próprio passa a se sentir responsável pela condução da cura, evidencia-se também uma paralisção do processo analítico. O analista é destituído do seu lugar de “sujeito suposto saber” na análise do paciente¹⁷, e quem passa a ocupar este lugar (que aí não é nem mais de suposição, mas de saber) é o supervisor. Situação esta não raramente percebida pelo paciente sob a forma de uma “outra presença” na sessão. Presentificação maciça de um terceiro, que

(14) — FREUD, S. — Obras Completas — *ibid.*, op.cit.

(15) — “Toda a prática do Zen visa ao acordo do ato com o nada originário sobre o qual seu ser se funda. Este ponto vazio é resumido pelo termo “sunyata”: o absolutamente inarticulado, o aberto SEM LIMITES” — (tradução nossa) — in Pommier, G. — *D’Une Logique de la Psychose*, Point Hors Ligne, Paris, 1983.

(16) LACAN, J. — A Direção da Cura — op.cit.

(17) Situação que tenderá se complicar mais ainda se por trás do “supervisor suposto saber” houver também uma “instituição suposta saber”, ou seja, se o supervisor for além disso membro do comitê de formação de uma instituição à qual tivesse que prestar contas do trabalho realizado com e pelo) colega. Ao paciente, neste caso, só resta ocupar o “lugar

então deixa de sê-lo para se transformar numa espécie de *duplo* superegóico do analista, sombra ou corpo estranho a parasitar o processo analítico.

Podemos novamente recorrer ao caso do Pequeno Hans para exemplificar esta situação, pois é justamente nos momentos onde o pai se “apaga” em sua função, quando ele deixa de sustentar um lugar analítico, passando inconscientemente este lugar ao “mestre”, que a presença de Freud é lembrada por Hans, seja sob a forma de um “apelo” ao pai simbólico representado por Freud, seja sob a forma de um uso que revele a destituição do pai. Por exemplo: quando o pai deixa de perceber que o medo maior de Hans não é o de ser levado pela carroça para longe da mãe, mas, bem ao contrário, o medo de não ter ninguém (um pai) que o proteja deste inexorável retorno à mãe (pág. 57):

pai: “talvez você tenha medo de não mais voltar para casa se você partir com a carroça, não?”

Hans: “Oh, não! Posso sempre voltar para mamãe, na carroça ou num carro. (...)”

pai: “Então, por que você fica com medo?”

Hans: “Não sei. Mas o Professor deve saber. Você não acha que ele vai saber?”

Ou, ainda, quando Hans, percebendo a importância que ele tem para o pai enquanto instrumento para satisfazer o desejo do “mestre”, contribuindo para a sua teoria, utiliza-se deste duplo lugar ambíguo de falo e de “morto”, para desafiar/destituí-lo de sua função: (pág. 81):

pai: “Foi por isso que você pensou, quando a mamãe estava dando o banho dela, que se ela a soltasse, Hanna cairia na água...”

Hans (atalhando): “...e morreria”.

pai: “E então você ficaria sozinho com mamãe. Mas um bom menino não deseja este tipo de coisa.”

Hans: “Mas ele pode pensar isto”.

pai: “Mas isto não é bom”.

Hans: “Se ele pensa isso é bom de todo jeito, porque você pode escrevê-lo para o Professor”.(!).

A Dimensão Didática (ou A teoria é possível na prática?)

Penso ter suficientemente

A solidão do ato, as incertezas em face da incessante movência do inconsciente, o fugidio mal-entendido das palavras, submetem a duras provas o narcisismo do analista em sua difícil função.

denunciado os perigos do esquecimento do termo *supervisão* na fórmula do “sujeito-suposto-saber” — posto que este esquecimento, como vimos, traduziria um certo uso defensivo do saber, bloqueador da escuta analítica.

No entanto, creio que é também importante denunciar outro estranho avatar a que esta fórmula vem sendo submetida. Numa espécie de “reação fóbica”, para muitos analistas a fórmula transformou-se naquela da necessidade de um “sujeito-

suposto-ignorar”¹⁸, como condição para exercer a função analítica.

Por esta estranha metamorfose, a máxima lacaniana passou a ter como função provar ao analista não somente que ele não sabe, mas que ele nada deve saber se quiser ouvir. Com isto, o conhecimento teórico transformou-se num temido pervertedor, capaz de barrar o acesso ao inconsciente, perigo do qual o analista tem que se defender através da manutenção de um recatado estado virginal na sua escuta.

A meu ver, esta demarche de desvalorização de qualquer saber teórico em proveito de um pretense dom (seria então inato?) suficiente para a escuta é tão nefasta quanto aquela da valorização defensiva e megalomaniaca da teoria. Ambas implicam um profundo divórcio entre teoria e prática, incompatível com a função analisante.

Por isso, penso que na supervisão devemos também valorizar a dimensão de uma transmissão teórica, ou seja, o desejo do supervisionando de ter uma melhor compreensão do diagnóstico, estrutura, mecanismos e funcionamento psíquico de seu paciente. Assim como refletir sobre o movimento de abertura da análise — o trabalho específico das entrevistas preliminares, a direção da cura e a finalização do processo.

Discordo, portanto, de C. Stein quando este diz que “o respeito pelo paciente exigiria em primeiro lugar que a sua psicanálise não seja considerada como um objeto de investigação”. Pois existem, a meu ver, poucas marcas de respeito em psicanálise, tão grandes quanto

(18) Como diz Piera Aulagnier em *O Aprendiz de Historiador e o Meste Feiticeiro*, Ed. Escuta, SP, 1989.

esta de poder investir o seu paciente como objeto de um *Forschertrieb*, desta pulsão de investigação que permite aos psicanalistas reencontrar a paixão do caminho da descoberta freudiana, investigação que justamente passa por este constante entrelaçamento da teoria com a clínica.

Todavia, penso que este trabalho de teorização em psicanálise, e sobretudo dentro de uma supervisão, guarda certas características específicas. Diria que se trata de um trabalho conjunto de *teorização flutuante*, como correlato daquele da atenção flutuante. Trabalho de permanente construção e desconstrução de hipóteses teóricas, que permite que, a cada vez, possam se estabelecer novos elos entre o *já conhecido* de uma teoria e um **ainda não conhecido** ao qual nos confronta sempre o discurso do paciente. Aliás, é este “não conhecido”, este “resto” que sempre sobra depois de qualquer teorização, que nos move a teorizar mais ainda.

No entanto, há analistas que, atacados de surdez seletiva, só ouvem o que já sabem. Com isso tendem a reduzir a sua clínica a um estéril exercício de especulação ou, melhor, de *especularização* teórica, esperando apagar do quadro-espelho assim construído qualquer reflexo do inesperado que venha questionar o seu não-saber. O problema é que apagam concomitantemente o próprio movimento dialético entre teoria e clínica imprescindível para o andamento do processo analítico.

Esta paralisação decorrente de um aprisionamento a um modelo teórico é também observável no caso do Pequeno Hans, sendo argutamente capta-

da por Freud¹⁹: “O pai de Hans (...) estava pressionando o inquérito através de suas próprias linhas, em vez de permitir ao garotinho que expressasse seus pensamentos. Por esta razão, a análise começou a ficar obscura e incerta”. A partir disso, recomenda aos analistas “para que não tentem compreender tudo de uma vez, mas que dêem um tipo de atenção *não tendenciosa* para todo ponto que surgir e aguardem desenvolvimentos posteriores”.

Outra observação feita por Freud é fundamental para ilus-

Esta paralisação decorrente de um aprisionamento a um modelo teórico é também observável no caso do Pequeno Hans

trar a dinâmica necessária ao funcionamento do processo analítico. Freud observa que, em determinado momento, “a posição ocupada por Hans na análise tinha-se tornado muito diferente do que tinha sido em um estágio anterior. Antes, seu pai era capaz de dizer-lhe, de antemão, o que estava por vir, enquanto Hans simplesmente seguia sua orientação e vinha trotando atrás; mas agora era Hans quem estava abrindo caminho na frente, tão rapidamente e tão firmemente que seu

pai encontrou dificuldade em acompanhá-lo”.²⁰

Esta mudança de posições nós dá a verdadeira dimensão da direção e do movimento analítico. Lembra-me também uma metáfora (aliás muito apropriada para o Pequeno Hans) de Ivan Ribeiro, supervisor a quem sempre fui grata, e que dizia algo aproximadamente assim: “Análise é como o romance de Cervantes, D. Quixote, o paciente, vai cavalgando na frente e nós, pobres Sanchos Panças, gordos e desajeitados em nossos burricos (serão os supervisores?) vamos trotando atrás, como podemos”.

Bibliografia

LACAN, J — La Relation D'Objet et les Structures Freudiennes, transcrição dos *Seminários* de Lacan em Sainte Anne, feita por J.B. Pontalis, mimeog.

MANNONI, M. — *Da Paixão do Ser à Loucura de Saber*, ed. Zahar, RJ, 2988.

— *A Criança, Sua "Doença" e os Outros*, ed. Zahar, RJ, 1988.

FREUD, S. — Análise de uma fobia em um menino de cinco anos (O Pequeno Hans) in Ed. Standard Bras. das Obras Psic. Completas de Sigmund Freud — Vol. X — 1909. Ed. Imago, RJ

STEIN, C. — “O Setor Reservado da Transferência” in *O Psicanalista e seu Ofício*, ed. Escuta, SP, 1988.

(19) FREUD, S. — *ibid*, op.cit. pág.73

(20) Pág. 133